



SEMINÁRIO
EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA:
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADES NA AMAZÔNIA

7 e 8 de maio de 2026 – Porto Velho/RO

Evento híbrido | Gratuito

MOVIMENTOS SOCIAIS E ENSINO DE HISTÓRIA: SUJEITOS HISTÓRICOS E PRODUTORES DE CONHECIMENTO

Érica Anne dos Santos Oliveira¹

Leomi do Carmo Camilo²

Anne Gabriela de Araújo Costa³

GT indicado: Diversidades, Interculturalidade e Justiça Social

RESUMO: Este texto discute os diálogos possíveis entre movimentos sociais e o ensino de História, articulando documentos normativos da educação brasileira e referenciais teóricos. A análise evidencia que os movimentos sociais, além de reivindicar direitos, produzem conhecimento em seus territórios, elaboram políticas públicas e desenvolvem práticas educativas, como escolas do campo, experiências agroecológicas e ações de solidariedade urbana. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e documental, fundamentada em Minayo, Saviane e Paulo Freire, com estudo comparativo entre práticas sociais e currículo escolar. Os resultados apontam que a BNCC e documentos complementares reconhecem a importância da diversidade cultural e da valorização dos saberes marginalizados, enquanto autores como Gohn e Fernandes reforçam o papel dos movimentos sociais como sujeitos históricos e produtores de conhecimento. Conclui-se que o ensino de História, ao dialogar com os movimentos sociais do campo

¹ Doutoranda em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP, Mestre em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe pela UNESP. Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: sanne4348@gmail.com

² Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pós graduado em Metodologia do Ensino De História pelo Centro Universitário FAVENi, E-mail: leomicarmo8@gmail.com

³ Graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Email: annegabriela94@gmail.com

e da cidade, fortalece a formação cidadã crítica e contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e equitativa.

Palavras-chave: movimentos sociais; ensino de história; BNCC; reforma agrária; movimentos urbano.

1. INTRODUÇÃO

A compreensão crítica dos movimentos sociais implica reconhecer que eles são formas de ação coletiva que emergem da luta por direitos, da resistência às desigualdades e da busca por transformação social. Seus objetivos variam entre a conquista de políticas públicas, a defesa de territórios, identidades e a ampliação da cidadania. Os impactos na sociedade são múltiplos: desde a criação de novas formas de participação política até a pressão por reformas estruturais, como a reforma agrária. No ensino de História, trabalhar esses movimentos estimula os alunos a perceberem-se como sujeitos históricos ativos, capazes de intervir em suas realidades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

Neste sentido, este texto tem como objetivo discutir os diálogos possíveis entre movimentos sociais e ensino de História, analisando suas características, objetivos e impactos na sociedade, tendo em vista as mudanças recentes nos documentos normativos da educação brasileira. Busca-se demonstrar que os movimentos sociais são produtores de conhecimento e que seu estudo contribui para a formação crítica e cidadã dos estudantes.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A BNCC (2017) estabelece competências gerais que incluem o respeito à diversidade e a valorização das manifestações culturais locais e globais (Brasil, 2017). Em 2017, com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), disciplinas como História, Geografia, Filosofia e Sociologia perderam a obrigatoriedade em todos os anos, ficando restritas a itinerários formativos ou a uma presença mínima na área de Ciências Humanas. Esse movimento foi amplamente criticado por educadores e pesquisadores, pois representava um esvaziamento das humanidades e um “boicote” ao desenvolvimento crítico e cidadão dos estudantes.

Em 2024, a Lei nº 14.945/2024 reestruturou o Ensino Médio, alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para definir a carga horária da Formação Geral Básica (FGB) em 2.400 horas. Embora a obrigatoriedade de componentes curriculares como História e Sociologia já estivesse prevista, a nova legislação reforça e assegura a presença dessas disciplinas na FGB, garantindo a continuidade e o aprofundamento das humanidades no currículo. Essa medida, juntamente com a Resolução CNE/CEB nº 2/2024, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM), e o Parecer CNE/CEB nº 7/2025, que

estabelece os Parâmetros Nacionais para a Oferta dos Itinerários Formativos de Aprofundamento (IFAs), evidencia um movimento de valorização das humanidades, de debates sobre cidadania e justiça social no contexto educacional brasileiro. Essa mudança evidencia uma reação direta ao modelo anterior, reafirmando que a escola não deve se limitar à formação técnica, mas precisa assumir seu papel social e político.

Em 2025, o Parecer CNE/CEB nº 7/2025 aprofunda essa perspectiva ao propor competências comuns voltadas para saberes marginalizados, indígenas, quilombolas, mulheres, LGBTQIA+, e ao assumir caráter antirracista e decolonial. Nesse sentido, o currículo é compreendido como espaço político e coletivo, voltado para a equidade e a justiça social (Brasil, 2025). Essa trajetória mostra que o currículo escolar é um campo de disputa política e cultural: primeiro houve a tentativa de reduzir o espaço das humanidades, mas, posteriormente, normas legais e pareceres pedagógicos recolocaram essas disciplinas como fundamentais para a formação cidadã, crítica e democrática, valorizando a diversidade cultural.

3. METODOLOGIA / DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A pesquisa se fundamenta em uma abordagem qualitativa e documental, conforme Minayo (2001), que destaca a importância de compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, valorizando os significados e práticas dos sujeitos envolvidos. Saviani (2015) contribui com a compreensão da educação como trabalho sistemático para a formação da humanidade. A metodologia também se inspira em Paulo Freire (1996), ao considerar a educação como prática de liberdade e diálogo, reconhecendo os movimentos sociais como espaços pedagógicos que produzem saberes e transformam realidades. Com base nesses aportes, realizou-se um estudo comparativo entre práticas sociais e currículo escolar, articulando saberes populares e científicos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para Gohn (1997, p. 23), os movimentos sociais são “ações coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de organização e expressão, capazes de produzir novas identidades e práticas sociais”. Essa concepção permite compreender os movimentos sociais como sujeitos históricos que constroem narrativas alternativas e ampliam o repertório cultural dos estudantes. Já Fernandes (2005, p. 12) amplia a definição de movimentos sociais como processos socioterritoriais que articulam identidade, território e poder, sendo “condição essencial para compreender a espacialização e territorialização das lutas sociais”.

Nesta perspectiva, os estudos de caso revelam que essas organizações são laboratórios de práticas sociais e educativas. No campo, destacam-se os movimentos que compõem a Via Campesina, como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores), o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), além das organizações de agricultores familiares e dos movimentos indígenas, entre os quais se sobressai a APIB (Articulação dos Povos Indígenas do Brasil), e quilombolas, representados pela CONAQ (Coordenação

Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). Na cidade, destaca-se o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto), bem como os movimentos feministas, negros, LGBTQIA+, estudantis e ambientais. Todos eles têm em comum a luta por direitos, reconhecimento e justiça social, sendo fundamentais para compreender as dinâmicas contemporâneas da sociedade brasileira (APIB, 2025; Via Campesina, 2025; CONAQ, 2025; Gohn, 2019; Fernandes, 2005; Brasil, 2017; Brasil, 2025; MTST, 2025).

A interdisciplinaridade permite compreender os movimentos em suas múltiplas dimensões: histórica, cultural, política e territorial. No ensino, projetos integradores podem envolver análise de documentos históricos, produção artística, debates filosóficos e estudos geográficos, favorecendo uma formação crítica e plural (Brasil, 2024a; Brasil, 2024b).

Quando falamos de História e dos movimentos sociais no ensino médio, a BNCC orienta que o trabalho docente vá além da exposição de conteúdos e se concentre em desenvolver habilidades críticas nos estudantes. As habilidades EM13CHS201 e EM13CHS202 destacam a importância de compreender diferentes formas de organização social, política e econômica, além de avaliar criticamente os processos de transformação cultural e as resistências dos grupos sociais. Já as habilidades EM13CHS302 e EM13CHS304 enfatizam a interpretação dos fenômenos históricos em diferentes escalas e a análise dos impactos da ciência, tecnologia e cultura na vida social. Por fim, a habilidade EM13CHS306 propõe que os alunos elaborem argumentos e narrativas próprias fundamentadas em fontes diversas e perspectivas críticas. (BRASIL, 2017). Aplicadas ao estudo dos movimentos sociais, essas habilidades permitem que os alunos comparem fontes e narrativas, analisem processos de mobilização coletiva, entendam os impactos sociais, culturais das lutas populares e construam interpretações próprias sobre como diferentes grupos reivindicaram direitos ao longo da história.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais são fundamentais para compreender a sociedade contemporânea e enriquecer o ensino de História. A legislação atual garante o espaço necessário para a inclusão desses saberes marginalizados no currículo escolar. O estudo de caso demonstrou que os movimentos contemporâneos são sujeitos históricos capazes de produzir saberes e transformar estruturas. Ao promoverem inclusão, diversidade e participação, contribuem para ampliar os horizontes da democracia e fortalecer a cidadania. Trabalhar esses temas em sala de aula forma estudantes críticos e conscientes de que a organização coletiva é um instrumento legítimo de transformação social.

REFERÊNCIAS

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). **Quem somos**. Disponível em: <https://apiboficial.org/sobre/>. Acesso em: 11 de fev. 2025.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (basenacionalcomum.mec.gov.br in Bing). Acesso em: 18 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 2024**. Dispõe sobre a obrigatoriedade de componentes curriculares como História e Sociologia. Diário Oficial da União, Brasília, 2024a.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 2024**. Define diretrizes para a obrigatoriedade de componentes curriculares voltados à cidadania e justiça social. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2024b.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 7, de 2025**. Dispõe sobre competências comuns voltadas para saberes marginalizados e práticas antirracistas e decoloniais. Conselho Nacional de Educação, Brasília, 2025.

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. **Quem somos**. Disponível em: <https://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 11 de fev. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Via Campesina. In: **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6, p. 24-55, jan./jun. 2005. ISSN 1806-6755.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MTST - Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto. **Quem somos**. Disponível em: <https://mtst.org/quem-somos/o-mtst> Acesso em: 11 de fev. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Clássicos Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015.

VIA CAMPESINA. **Brazil**. Disponível em: <<https://viacampesina.org>>. Acesso em: 11 de fev. 2025.

ZANOTTO, Rita; ROJAS FLORES, Viviana. La Via Campesina. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Expressão Popular, 2013. p. 478. São Paulo.